

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO	5
---	---

PARTE I

TEORIA GERAL DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. PROCEDIMENTO COMUM: A ORIGEM DO “PROBLEMA”	19
2. A RESISTÊNCIA AOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	24
3. DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO COMO COROLÁRIO DO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETI- VA	27
4. PROCEDIMENTO ADEQUADO	30
4.1 As diversas necessidades de tutela do direito material	30
4.2 A tutela dos menos favorecidos economicamente	32
4.3 A tutela dos direitos transindividuais	34
4.4 A outros valores	36
5. AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS	37
6. DO EQUÍVOCO DO PROCEDIMENTO ÚNICO À UTOPIA DAS “TU- TELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS”	38
7. AS REGRAS PROCESSUAIS ABERTAS E O PODER DE CONSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO ADEQUADO AO CASO CONCRETO	40

PARTE II

OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

1. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	45
1.1 O direito à consignação	45
1.2 As hipóteses legais para a consignação	48

1.3	A tutela jurisdicional da consignação	49
1.3.1	Legitimidade para a consignatória.....	50
1.3.2	Competência para as ações de consignação em pagamento	50
1.3.3	Procedimento da consignatória	51
1.3.3.1	A fase extrajudicial.....	52
1.3.3.2	O procedimento judicial de consignação no regime do Código de Processo Civil	54
1.3.3.2.1	A fase inicial	54
1.3.3.2.2	A consignação das prestações vincendas.....	55
1.3.3.2.3	A resposta do réu	56
1.3.3.2.4	A complementação do depósito no caso de consignação insuficiente	57
1.3.3.2.5	A dúvida sobre quem possa legitimamente receber a prestação	59
1.3.3.2.6	A sentença da ação de consignação em pagamento	60
1.3.3.3	A consignação em pagamento na lei de locações.....	60
1.3.3.3.1	A fase inicial	60
1.3.3.3.2	A resposta do réu	61
1.3.3.3.3	A complementação do depósito inicial.....	62
1.3.3.3.4	A sentença da ação consignatória de locações.....	64
2.	AÇÃO DE DEPÓSITO	65
2.1	Considerações prévias.....	65
2.2	A ação de depósito.....	66
2.2.1	Legitimidade.....	69
2.2.2	Procedimento.....	69
2.2.2.1	A petição inicial	69
2.2.2.2	As atitudes do réu	71
2.2.2.3	Sentença	72
2.3	Prisão do depositário infiel.....	73
3.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	81
3.1	A prestação de contas.....	81
3.2	A ação de prestação de contas	81
3.3	A prestação de contas ativa	83
3.4	A prestação de contas passiva.....	86

4. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	88
4.1 Considerações introdutórias.....	88
4.2 As ações possessórias clássicas, a ação de imissão de posse e a ação reivindicatória	89
4.3 A fungibilidade da proteção possessória.....	90
4.4 Cumulação de pedidos em tutela possessória	91
4.5 Duplicidade da demanda possessória e cumulabilidade de demandas na defesa	92
4.6 Reserva de cognição no processo possessório	93
4.7 Ação de <i>força velha</i> e ação de <i>força nova</i>	95
4.8 Proteção possessória provisória e caução	97
4.9 As ações de manutenção e de reintegração de posse.....	97
4.9.1 Legitimidade para a ação de manutenção e reintegração de posse	98
4.9.2 O interesse jurídico na proteção possessória.....	100
4.9.3 A <i>causa petendi</i> das ações possessórias	103
4.9.4 Procedimento das ações de manutenção e reintegração de posse ...	105
4.10 O interdito proibitório.....	109
4.10.1 Procedimento do interdito proibitório.....	109
5. NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA.....	111
5.1 Observações iniciais	111
5.2 Legitimidade ativa e passiva	112
5.3 Embargo extrajudicial	113
5.4 Competência.....	114
5.5 Cumulação de demandas	114
5.6 Procedimento.....	116
6. AÇÃO DE USUCAPIÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	118
6.1 O direito à usucapião	118
6.2 Requisitos para a usucapião	119
6.3 A ação de usucapião de bens imóveis.....	121
6.3.1 Legitimidade.....	121
6.3.2 Competência.....	122
6.3.3 Procedimento da usucapião	123
6.3.4 A sentença.....	124
7. INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E PARTILHA	125
7.1 Considerações introdutórias.....	125
7.2 Inventário negativo.....	126

7.3	O inventário	127
7.3.1	Competência para o inventário	128
7.3.2	Legitimação para o inventário	129
7.3.3	O inventariante e o administrador provisório.....	129
7.3.4	Cumulação de ações no inventário.....	132
7.3.5	Procedimento do inventário	133
7.3.5.1	As primeiras declarações.....	133
7.3.5.2	As citações e manifestações sobre as primeiras declarações.....	134
7.3.5.3	O herdeiro preterido	135
7.3.5.4	As colações	136
7.3.5.5	Sonegação	137
7.3.5.6	Repercussões fiscais e avaliação do espólio	137
7.3.5.7	O pagamento de dívidas.....	139
7.4	Partilha.....	141
7.4.1	Procedimento da partilha judicial	141
7.4.2	Desfazimento da partilha	143
7.5	Arrolamento.....	144
7.5.1	O arrolamento sumário	144
7.5.2	O arrolamento comum	145
7.6	Medidas assecuratórias em inventário e arrolamento	146
7.7	Sobrepartilha.....	146
7.8	Inventário extrajudicial.....	147
8.	EMBARGOS DE TERCEIRO	148
8.1	Observações introdutórias	148
8.2	Natureza dos embargos de terceiro.....	149
8.3	Cabimento e conteúdo	149
8.4	Legitimidade.....	150
8.5	Prazo	152
8.6	Competência.....	153
8.7	Procedimento	154
8.8	Os embargos de terceiro fundados em garantia real.....	156
9.	AÇÃO MONITÓRIA	157
9.1	Considerações preliminares	157
9.2	Cabimento	158
9.3	Legitimidade para a ação monitoria.....	158

9.4	O requisito da prova escrita da obrigação	159
9.5	Prova escrita para a admissibilidade da ação monitória e prova suficiente para a improcedência dos embargos	161
9.6	Competência para a ação monitória	162
9.7	Procedimento da ação monitória	162
9.7.1	O mandado monitório e a citação do réu.....	163
9.7.2	As atitudes do réu	163
9.7.3	O cumprimento espontâneo da prestação	164
9.7.4	Os embargos à ação monitória.....	164
9.7.5	Outras respostas do réu na ação monitória.....	165
9.7.6	Antecipação de tutela na ação monitória.....	166
9.7.7	Execução imediata no caso de improcedência dos embargos ao mandado	167
9.7.8	Sequência do procedimento no caso de não apresentação dos embargos à monitória.....	169
9.7.9	Fase executiva e nova defesa do requerido	169

PARTE III

OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE LEIS EXTRAVAGANTES

1.	AÇÃO DE DESPEJO.....	173
1.1	Observações introdutórias	173
1.2	A ação de despejo	175
1.2.1	Competência.....	175
1.2.2	Legitimidade.....	175
1.2.3	Procedimento.....	176
1.2.3.1	A liminar em ação de despejo	177
1.2.3.2	A resposta do réu em ação de despejo	178
1.2.3.3	O despejo por falta de pagamento de aluguéis	179
1.2.4	Sentença, efetivação e recursos	181
2.	AÇÃO DISCRIMINATÓRIA.....	183
2.1	Introdução.....	183
2.2	Terras devolutas.....	184
2.3	Discriminação das terras devolutas	186
2.3.1	A discriminação na via administrativa	186
2.3.2	A ação discriminatória.....	188

PARTE IV

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1.	TEORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	197
1.1	Filosofia dos Juizados Especiais Cíveis	197
1.2	Princípios fundamentais	199
1.2.1	Oralidade	199
1.2.2	Simplicidade	200
1.2.3	Informalidade	201
1.2.4	Economia processual	202
1.2.5	Celeridade	202
2.	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS	204
2.1	Introdução	204
2.2	Competência	204
2.3	Da conciliação e da arbitragem	208
2.4	Capacidade para atuar no Juizado Estadual	209
2.4.1	A capacidade genérica	209
2.4.2	A capacidade para ser autor	209
2.4.3	Capacidade postulatória	210
2.5	Procedimento diferenciado	211
2.6	Recursos e meios de impugnação	215
3.	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS	218
3.1	Generalidades e noções fundamentais	218
3.2	Capacidade processual para os Juizados Federais	219
3.3	Competência	221
3.4	O procedimento	224
3.5	Arbitragem e Juizado Especial Federal	225
3.6	Os recursos nos Juizados Especiais Federais	225
3.7	A atuação dos provimentos emanados dos Juizados Especiais Federais ...	228

PARTE V

AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO	233
1.1	Rápida evolução do instituto nas Constituições brasileiras	233

1.2	O direito à tutela jurisdicional adequada e o mandado de segurança	235
1.3	Perfil constitucional do mandado de segurança	236
1.4	A estrutura infraconstitucional do mandado de segurança	237
1.4.1	Mandado de segurança preventivo e repressivo	238
1.4.2	Prazo para a impetração	240
1.4.3	Legitimação	241
1.4.4	Competência	245
1.4.5	Interesse processual	246
1.4.6	Mandado de segurança contra ato judicial	248
1.4.7	Procedimento	250
1.4.7.1	A medida liminar	252
1.4.7.2	As informações da autoridade coatora	255
1.4.7.3	A sequência do procedimento	256
1.4.8	Sentença	258
1.4.9	Recursos	262
1.4.10	Coisa julgada	265
1.5	O mandado de segurança coletivo e seu desenho constitucional	266
1.6	A disciplina infraconstitucional do mandado de segurança coletivo	268
1.6.1	A legitimação para o mandado de segurança coletivo	268
1.6.2	Objeto do mandado de segurança coletivo	269
1.6.3	Procedimento	270
1.6.4	Coisa julgada e litispendência em mandado de segurança coletivo	270
2.	HABEAS DATA	273
2.1	Questões preliminares	273
2.2	Pedido administrativo de informações e retificações	275
2.3	Competência para o <i>habeas data</i>	276
2.4	Procedimento	277
2.5	O pedido de suspensão da decisão em <i>habeas data</i>	279
3.	AÇÃO POPULAR	281
3.1	As ações coletivas como garantia constitucional	281
3.2	Conformação e limitação do direito à tutela coletiva	284
3.3	O desenho constitucional da ação popular	285
3.3.1	Extensão da proteção no nível constitucional	285
3.3.2	Legitimidade	287
3.4	O tratamento infraconstitucional da ação popular	289

3.4.1	Competência.....	291
3.4.2	Legitimidade passiva e assistência	292
3.4.3	Procedimento.....	293
3.4.4	A sentença.....	294
3.4.5	Os recursos.....	296
3.4.6	A coisa julgada	297
3.4.7	A execução da sentença em ação popular	298

PARTE VI

AÇÃO COLETIVA

1.	FILOSOFIA DA AÇÃO COLETIVA.....	301
2.	SISTEMA LEGAL PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	304
3.	LEGITIMIDADE PARA REQUERER A PROTEÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	309
4.	DA AÇÃO PARA A TUTELA DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS.....	313
5.	TUTELAS E SENTENÇAS PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS.....	316
6.	EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	318
7.	AÇÃO PARA A TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	320
7.1	Procedimento da ação ressarcitória de danos a direitos individuais homogêneos	328
7.2	Sentença de condenação genérica	329
7.3	Liquidação	330
7.4	Execução	331
8.	A COISA JULGADA MATERIAL E AS AÇÕES COLETIVAS.....	334
9.	LITISPENDÊNCIA.....	342
10.	CONEXÃO.....	345

11. DA AÇÃO COLETIVA INIBITÓRIA CONTRA O USO DE CLÁUSULAS GERAIS ABUSIVAS	347
---	-----

PARTE VII
O PROCEDIMENTO ARBITRAL

1. A FILOSOFIA DA ARBITRAGEM	351
2. O CARÁTER NÃO JURISDICIONAL DA ARBITRAGEM.....	352
3. SUJEITOS E OBJETO DA ARBITRAGEM.....	356
4. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	358
5. O ÁRBITRO	362
6. O PROCEDIMENTO DA ARBITRAGEM	364
7. A SENTENÇA ARBITRAL	369
8. NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	372
9. EFETIVAÇÃO DA DECISÃO ARBITRAL.....	374
10. SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	377
BIBLIOGRAFIA	379
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES.....	383